

## MEMÓRIA, VERDADE, SABER FAZER COM OS RESTOS?

Jorge Pimenta Filho – EBP/AMP – [jpimentaf@gmail.com](mailto:jpimentaf@gmail.com)

*“Essa hiância inscrita no estatuto mesmo do gozo enquanto diz-mansão do corpo, no ser falante, aí está o que torna a brotar com Freud por esse teste – não preciso dizer mais nada – que é a existência da fala. Aonde isso fala, isso goza”<sup>1</sup>*

### Um sujeito atormentado pelo corpo

Posso não me lembrar de tudo, em detalhes. Mas não há como olvidar fatos que por serem tão viscerais em seu acometimento carnal, deles não se esquece, jamais!

Não há estabelecimento da verdade histórica sem o recurso à memória, o que é necessário. Mas é certo também, que não se pode dar conta de tudo.

Trata-se, quanto à verdade, de restabelece-la articulando-a ao desejo que sempre opera contra a violência do silêncio imposto pelo trauma.

Se há um indizível desse trauma histórico que foram as violências diversas perpetradas pelo terrorismo de Estado da Ditadura Civil-Militar com torturas, assassinatos e desaparecimentos de pessoas, hoje há o clamor de uma inadiável tarefa que é a de construir novas ficções jurídicas para suportar o sofrimento de muitos sujeitos. Aposta-se nessas invenções para a construção de algo mais suportável sobre o vazio do trauma. Daí que quando se diz “verdade” não se trata exatamente só de buscar a verdade dos acontecimentos, mas da busca do sujeito que a transporta naquilo que do gozo se escreveu em seu próprio corpo, no sentido em que possa subjetivar o impossível e o indizível do trauma.

Se o trauma é, como nos ensinou Freud, aquilo que escapa à regulação do princípio do prazer, o que está por fora da cadeia de representações inconscientes, o que não se inscreve, também é algo que não se deixa esquecer, que insiste e que não se apaga. Trauma que pode levar a angústia de um desamparo – *hilflosigkeit* – um encontro com o inumano do mal, da pulsão de morte.

Testemunhar sobre fatos traumáticos é tentar dar conta de um novo lugar – que o sujeito pode ocupar no que fora antes o reino do inumano, da dor e do sofrimento sem fim...

---

#### NOTAS

<sup>1</sup> Lacan, J. – *O seminário – livro 20, mais ainda*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2ª. ed., 1985:156

*“Aqui não tem Deus, Papa, Arcebispo, nem Presidente! Cê está nas minhas mãos!”*

Ouvi isso de um torturador quando estava atado à cadeira do dragão<sup>2</sup>, preso na OBAN<sup>3</sup> em SP em março de 1974, quando fui conduzido do Quartel do 12º Regimento de Infantaria em Belo Horizonte, para aquele local de horror. Eu havia sido sequestrado em 4 de janeiro daquele ano, quando estava em Itaúna, MG e levado para o DOPS – Departamento de Ordem Pública e Social, depois para um local clandestino, a seguir para um quartel na cidade de Juiz de Fora, MG o RO – Regimento de Obuses, e depois levado de volta à Belo Horizontee, em todos esses locais fui submetido a torturas.

Dizer o indizível desses sofrimentos num lugar possível foi o que me levou à análise para distinguir o que de singular pudesse me localizar nesse universal do trauma político de uma geração de militantes de uma causa ideal: o socialismo. Queríamos conquistar os céus, as divisas eram: “Seja realista: demande o impossível”; “É proibido proibir”; “O céu é o limite”. Sonhávamos com utopias comunitárias. Tínhamos como bandeira o que propunha Daniel Cohn-Bendit — Daniel, Le Rouge, *“a única coisa que podemos fazer é superar nossos pais”*.<sup>4</sup>

SigoÉric Laurent na apreensão de que o trauma é mais um processo que um acontecimento e acompanha para sempre o sujeito, trata-se de que o trauma é um furo no interior do simbólico.<sup>5</sup>

### **Há reparação de danos?**

Hesitei durante um tempo em consentir com a ideia de solicitar anistia, pois achava que não tinha de me dirigir ao Estado solicitando reparação de danos. Assumia a postura de não negociar, pois não me via incluído entre os perdedores. Se a ditadura civil-militar implicou em violências generalizadas, mesmo que já vivêssemos numa democracia pós ditadura, concluía que não devia buscar indenizações, pois não queria ser tomado como o que demandava reconhecimento.

Com a análise mudei de posição. Uma justiça de transição para um novo tempo de democracia não assegura, a priori, uma regra que diga de uma vez por todas

---

<sup>2</sup>Cadeira com assento, apoio de braços e espaldar de metal onde um indivíduo era colocado e amarrado aos pulsos por cintas de couro. Eram amarrados fios elétricos em suas orelhas, língua, em seus órgãos genitais (uretra), dedos dos pés e seios (no caso de mulheres). As pernas eram afastadas para trás por uma travessa de madeira que fazia com que a cada espasmo causado pelo choque elétrico sua perna batesse violentamente contra a travessa de madeira causando ferimentos profundos.

<sup>3</sup>A OBAN - Operação Bandeirante foi um centro de tortura e investigações montado pelo Exército do Brasil em 1969, na cidade de São Paulo, Vila Mariana na esquina das ruas Tomás Carvalhal e Tutóia que a coordenava e integrava as ações dos órgãos de combate às organizações de esquerda durante o regime ditatorial no Brasil, sítio onde morreram assassinados na tortura muitos socialistas e democratas brasileiros, como o jornalista Vladimir Herzog.

<sup>4</sup>PIMENTA FILHO, JA – *A felicidade tem um pouco de tristeza ou é melhor morrer com dignidade, em casa?*, [Opção Lacaniana](#) Revista Internacional de Psicanálise, 53 – São Paulo, Eólia Ed., janeiro de 2009 : 33-36

<sup>5</sup>Laurent, É. - *El revés del trauma*, in: *Virtualia* © 2002 - <http://www.eol.org.ar/virtualia/>

o que é justo ou injusto para todos os casos. Só admiti solicitar anistia quando pude verificar que, se ela foi um dispositivo para todos os perseguidos, ela teve para mim um lugar singular que me tocava: não cometi nenhum crime, pois ousar ser diferente e professar ideias democráticas – o que ficou definido como “crime de opinião” – é uma defesa contra o arbítrio e o terrorismo dos opressores. Quem cometeu crimes foram os agentes do Estado.

Na nova ordem social e com o dispositivo da Anistia, o Estado Brasileiro veio publicamente na data de 11 de fevereiro de 2010, reconhecer minha condição de ex-perseguido por motivação exclusivamente política e reconhecer-me também como anistiado político nos termos do art. 1º da Lei 10.559/2002, oficializando formalmente um pedido de desculpas.

### **Montagem e invenções possíveis: a luta continua, camarada**

De um sujeito de direito, localizar um sujeito do inconsciente – o que só se verifica com a análise, que destaca o que é singular entre o enunciado e a enunciação, entre o acontecimento traumático e a angústia instalada. Na posição de sujeito fica uma questão: como introduzir o não-calculável, um vazio entre o espaço e o tempo, entre um antes e um depois da cena traumática do sequestro, prisão e tortura, acontecimentos que faziam com que o corpo, durante muito tempo ainda, comemorasse a angústia com dores que se somavam às de uma doença autoimune?

Permitir o tratamento da angústia pela palavra pois, se aquela bloqueava o pensamento e implicava em mais dores, a análise para mim incluiu um tempo outro permitido pela transferência. Onde Isso era, outra causa se impôs sem o imperativo de um ideal: *Wo Es war, soll ich werden.*

Dos ditos do Outro – paixão mortificante do sujeito, com advento de uma angústia generalizada - à possibilidade da palavra na análise o que implicou, às duras penas, cessão de pedaços de gozos ainda agarrados ao corpo.

Havia já passado alguns anos e eu não me encontrava mais clandestino, já que saí da prisão em dezembro de 1975 para retomar a vida normal, mas me via ainda colhido na trama de um dito que surge a partir de um semelhante ex-camarada da causa política. Dito esse que me devastava: *“sim você é um líder, um dos nossos, ou será um ídolo com cabeça de ouro, peito de ferro e pés de barro?”*

Dores que ainda se faziam presentes com uma manifestação importante: membros inferiores abalados com *os pés de barro* levavam-me a um andar arrastado... um primeiro momento de análise com efeitos terapêuticos

importantes: conclusão da formação acadêmica, um segundo casamento do qual nasce um filho, um segundo momento de análise com a descoberta do inconsciente e, em um terceiro que ainda prossegue, cuidando dos restos sintomáticos com a aposta na clínica analítica que passei a praticar.

Dar ao trauma subjetivo um lugar<sup>6</sup>. Talvez assim a análise pode ser para mim a tentativa, um lugar mesmo para me haver com rupturas, em que se pode acrescentar elementos impoderáveis mas decisivos<sup>7</sup> para o falasser tentar dar conta de sua falibilidade, de seu fracasso, pois não há sujeito prévio para Lacan, uma vez que a pulsão para ele é uma montagem e o sujeito é fruto dessa montagem contingente, é algo que emerge de uma história permanentemente construída e não de uma série de acontecimentos<sup>8</sup>.

---

<sup>6</sup>Vieira, M. A. *O trauma subjetivo: Psico*, Porto Alegre, PUCRS, v. 39, n.4, p. 512, out./dez. 2008.

<sup>7</sup>Ibidem, idem

<sup>8</sup>idem

#### REFERÊNCIAS

- Lo Giudice, Alicia (Compiladora) – *Psicoanálisis, Restitución, Apropiación, Filiación*, Centro de Atención por el Derecho a la Identidad. Abuelas de Plaza de Mayo, Área Terapéutica, Buenos Aires, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA – CFP – *A verdade é revolucionária: testemunhos e memórias de psicólogos e psicólogas sobre a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985)*, Brasília, CFP, 2013.